

Reciclagem para quem? Diálogos sobre atuação de catadores autônomos e políticas de inclusão em Belo Horizonte (MG)¹

Ana Paula da Costa Assunção²

Juliana Teixeira Gonçalves³

Resumo

Belo Horizonte é historicamente conhecida pela inclusão de catadores na política pública de gestão de resíduos e inclusão social de grupos organizados em cooperativas e associações de catadores (Jacobi & Teixeira, 1997; Dias, 2002). No entanto, existe uma falta de políticas públicas e sistemas de coleta seletiva que possam incluir os catadores que não fazem parte de grupos organizados, deixando-os em uma zona de conflito constante. Este artigo tem como objetivo discutir os conflitos urbanos existentes no contexto da coleta de reciclagem nas ruas por catadores autônomos e apontar aspectos relacionados ao racismo ambiental vivenciado por esses trabalhadores. A atuação dos catadores de materiais recicláveis ocorre principalmente na rua, tanto para aqueles que trabalham de forma independente quanto para os que fazem parte de organizações coletivas. É nesse espaço urbano que se estabelecem as interações, especialmente com a população local, característica que atribuem a rua como local de convivência nas cidades sendo a partir do conflito ou da cooperação (Lefebvre, 1999). Os conflitos resultantes da atuação de catadores nas ruas se manifestam principalmente nas disputas entre catadores autônomos e em confrontos diretos com os residentes locais e com o poder público. O estudo sobre os conflitos socioambientais urbanos que tange a atividade de catador de material reciclável na cidade de Belo Horizonte permitiu identificar estratégias para compreender os conflitos de forma mais aprofundada e buscar subsídios para fomentar novas políticas públicas para inclusão de catadores de forma mais abrangente.

Palavras Chave: conflitos socioambientais, gestão de resíduos, racismo ambiental

Introdução

¹ Trabalho apresentado oralmente na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

² Mestranda em Educação Tecnológica no Programa de Pós-Graduação do CEFET-MG (MG)

³ Doutoranda em Engenharia de Produção no Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção na UFMG.

A prática de catação remonta a um passado distante, entrelaçada às necessidades de sobrevivência e à ausência de políticas de gestão de resíduos sólidos. Contudo, o desenvolvimento dessa atividade passa por mudanças constantes diante do crescimento urbano, das transformações tecnológicas e dos novos padrões de consumo. No Brasil, a partir do final dos anos 1990, as formas de organização produtiva, particularmente através de cooperativas e associações, emergiram como estratégias fundamentais para a valorização do trabalho dos catadores e para a implementação de práticas mais sustentáveis de manejo de resíduos. Apesar de seu papel crucial, essas estruturas representam, após 30 anos, somente cerca de 10% do universo de catadores no Brasil (Bouvier & Dias, 2021; Gonçalves-Dias et al, 2022).

Em Belo Horizonte, a inclusão de catadores de materiais recicláveis na política pública de gestão de resíduos tem sido uma estratégia importante para promover a sustentabilidade e a inclusão social (Jacobi & Teixeira, 1997; Dias, 2002). No entanto, a ausência de políticas públicas adequadas para incluir catadores que estão fora das cooperativas e associações resultou em um ambiente de constante conflito e exclusão.

Retirar catadores das ruas para realocá-los em galpões de triagem foi a estratégia adotada pelas políticas públicas desde a década de 1990, organizando-os em cooperativas e associações. Essa estratégia foi inicialmente pensada para promover a organização política, a emancipação na cadeia produtiva, a construção de identidade de grupo e o fortalecimento do movimento social, entre outras expectativas (DIAS, 2002). Contudo, na construção de modelos de gestão e inclusão de catadores, a partir dos anos 2010, essa estratégia deixou de ser um meio para o fortalecimento da categoria e tornou-se uma diretriz (ou condição para participar de processos de diálogos e construções sociais). Isso dificultou que outros processos alternativos se desenvolvessem, criando uma necessidade de construção de distinções entre catadores que estão em cooperativas e associações (os incluídos) e os “outros” (catadores de diferentes realidades, os não-incluídos). Assim, criou-se uma dicotomia ontológica (CARENZO & MIGUEZ, 2010) formada por abordagens de inclusão de catadores que partem da construção de distinções entre trabalhadores para definir qual grupo será contemplado por políticas públicas e qual ficará de fora.

Este estudo investiga os conflitos urbanos relacionados à atividade de coleta de materiais recicláveis por catadores autônomos em Belo Horizonte. A pesquisa também explora como esses conflitos afetam esses trabalhadores, que dependem das ruas como principal espaço de

trabalho. Estudos anteriores focaram predominantemente na inclusão de catadores em cooperativas e associações, mas pouca atenção foi dada historicamente aos desafios enfrentados pelos catadores autônomos e a reconhecer o lugar e o papel que estes sujeitos desempenham na cadeia da reciclagem na sociedade do consumo e do descarte.

O objetivo principal deste artigo é discutir o lugar destes catadores autônomos num contexto de emergência climática e o papel que desempenham nos grandes centros urbanos tendo como referência a experiência de Belo Horizonte. Além disso, vamos localizar o locus de atuação destes catadores a partir de uma análise que entende o racismo ambiental como um pano de fundo que atravessa várias dimensões na nossa sociedade, desde a regulação do espaço urbano até o simbólico que determina o lugar do lixo, do descarte e das pessoas que lidam com estes resíduos, pessoas racializadas e que devem permanecer à margem dos grandes centros urbanos. E por fim propor recomendações para políticas públicas e discussões em prol de construção de outros cenários.

Este artigo está dividido em três partes. Na primeira apresentamos o percurso metodológico da pesquisa. Na segunda parte, analisamos a atuação dos catadores autônomos na cidade de Belo Horizonte e os conflitos advindos deste trabalho. Por fim, discutimos aspectos derivados do estudo de caso para apontar caminhos inclusivos nas políticas públicas que promovem a reciclagem.

Percursos Metodológicos

A pesquisa desenvolvida se caracteriza metodologicamente como estudo de caso, sendo uma abordagem qualitativa que explora múltiplos sistemas delimitados ao longo do tempo por meio da coleta de dados detalhada e em profundidade, envolvendo múltiplas fontes de informação como observações, entrevistas, material audiovisual, documentos, relatórios (Creswell, 2014). Ao final, relata uma descrição do caso e temas correlacionados. A unidade de análise do estudo de caso se caracteriza nesse artigo como estudo plurilocal composto por múltiplos casos (Yin, 2016).

A partir da pesquisa-ação as autoras desenvolveram coleta de dados a partir de sua própria atuação e relação com os casos estudados (Thiollent, 2022). A interação com os de pesquisa é inerente à pesquisa e intervenção realizadas pelas autoras. Dessa forma, a coleta de dados envolveu múltiplas fontes de informação e diversos atores sociais. Os casos aprofundados, caracterizados como funcionais para a discussão proposta, foram selecionados com base em

alguns elementos, sendo o principal deles o incômodo da vizinhança com a atividade de catadores nas ruas.

A intenção do estudo dos múltiplos casos de conflitos relacionados à atividade de catadores nas ruas foi entender como esses conflitos acontecem e como podem ser evitados. A partir do aprofundamento dos casos foi possível identificar elementos em comum e discussões a partir do fenômeno, contribuindo para a análise e recomendações ao final do artigo. É importante destacar que este estudo se configura como exploratório e não pretende esgotar todas as discussões sobre o tema. Pelo contrário, sugere a necessidade de mais aprofundamento como um convite para futuras investigações e debates.

Para dar conta da realidade dos catadores de materiais recicláveis que trabalham pelas ruas da cidade em condições adversas, sujeitos às intempéries da emergência climática é preciso trazer o conceito de racismo ambiental. É praticamente consenso que todos nós sofremos os efeitos dos eventos extremos e das mudanças climáticas, mas sobremaneira a população racializada, pobre e vulnerável, que vive nas periferias dos grandes centros urbanos e trabalha em piores condições de trabalho. O racismo ambiental refere-se à distribuição desigual de impactos ambientais negativos, como poluição do ar e da água, desmatamento, presença de lixões e instalações industriais perigosas, que afetam de maneira desproporcional comunidades racialmente minoritárias e de baixa renda. Isso resulta na chamada injustiça ambiental, imposta a comunidades que enfrentam uma carga maior de problemas ambientais e de saúde. Em cidades como Belo Horizonte chama a atenção às condições de trabalho adversas dos catadores de materiais recicláveis, tanto nos galpões de triagem como nas vias e logradouros públicos.

Buscamos o conceito de racismo ambiental, cunhado a partir da discussão estadunidense, conforme aponta Herculano (2006) que nos apoiará na análise do conflito entre catadores autônomos que ocupam as ruas de Belo Horizonte:

Racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do

crescimento económico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais. (HERCULANO, 2006, s/p).

Resultados e Discussão

Os conflitos resultantes da atuação de catadores nas ruas se manifestam principalmente nas disputas entre catadores autônomos e em confrontos diretos com os moradores e com o poder público. A coleta de recicláveis é uma atividade comum na paisagem urbana de quase todas as cidades brasileiras, mas a convivência deste trabalho com outras atividades produtivas da cidade gera disputas. O uso da cidade exige a observância de diversas regras de sociabilidade e organização do convívio entre as pessoas nos diferentes territórios. Os catadores ao se utilizarem das vias e logradouros públicos para realizar a atividade de catação e triagem subvertem a lógica de uma cidade matematicamente planejada e calculada racionalmente e impõem outras formas de ocupar o centro urbano.

É preciso lançar mão do conceito de ecologia política para entender a situação vulnerável dos catadores de materiais recicláveis. A ecologia política *del sur* se mostra como uma práxis. Em todo esse contexto de desigualdade no qual o Brasil se insere, refletindo em si toda essa desigualdade, observar a situação dos catadores de materiais recicláveis e das possibilidades de suas conquistas remete a um conceito de uma prática ambientalista apresentada por Alier (2017) como ecologismo dos pobres. Essa corrente ambientalista, de acordo com o autor, tem como fonte a profunda desigualdade social provocada pelo crescimento/desenvolvimento sem limites.

Para Alier (2017), o ecologismo dos pobres existe mais como uma necessidade de sobrevivência dos sujeitos do que como uma pauta ambiental com ações midiáticas e globais, como as que realizam a *World Wide Fund* (WWF) ou o *Greenpeace*, organizações ligadas à preservação do meio ambiente. Trata-se de sujeitos que muitas vezes estão entre as camadas mais miseráveis e que encampam lutas que estariam no campo ambiental, como os catadores fazem, mas que na maior parte das vezes são vistos pelo restante do movimento ambientalista como uma pauta de menor expressão por qualificarem muitas vezes a pauta ambiental pelo viés social.

São os catadores de materiais recicláveis, sujeitos invisibilizados, apesar de a realização da tarefa de catação de resíduos se constituir como atividade secular, responsável pela

sobrevivência de muitas gerações e que na atualidade encontra chancela ambiental, sem, entretanto, que se promova a valorização de quem a exerce. Valorizar e viabilizar o trabalho realizado pelos catadores autônomos e vocalizar seus interesses e demandas é o grande desafio das políticas públicas neste contexto, entendendo que não basta pensar na lógica da inclusão destes sujeitos apartando os mesmos dos locais onde tradicionalmente eles buscam os resíduos recicláveis para triagem, é necessário pensar formas alternativas que permitam o compartilhamento do espaço público entre catadores, comerciantes e moradores.

Conclusões e Recomendações

Neste contexto, consideramos que se torna imperativa a efetivação de políticas públicas que possibilitem à população em geral, e não somente a uma parcela, condições dignas de vida e de trabalho. Entendemos ser esta a única via para que esse contingente de pessoas adquira visibilidade e efetiva relevância, alcançando reconhecimento enquanto cidadãos. No caso dos catadores de materiais recicláveis, é imperativo o seu reconhecimento como trabalhadores da área ambiental, responsáveis pela atividade de coleta, triagem e semi beneficiamento de materiais potencialmente recicláveis. Entretanto, também neste caso não estamos diante de um segmento homogêneo, como muitas vezes as análises nos levam a crer. A análise etnográfica e antropológica nos permite observar que estamos diante de grupos sociais pauperizados marcados pela interseccionalidade de camadas como raça, sexo e renda.. Trata-se portanto, de segmentos obrigados a se reorientarem na direção das inúmeras atividades precárias, dentre elas merece destaque a catação de materiais recicláveis nos grandes centros urbanos.

Num mundo onde a geração de lixo e o descarte é cada vez maior, cresce o contingente de pessoas que sobrevive de retirar o seu sustento da catação de resíduos pelas ruas e avenidas da cidade. Embora não estejamos propriamente diante do puro e simples desemprego, a catação configura-se muitas vezes como o nicho dos recursos de sobrevivência de um exército de reserva estagnado em expansão, com perspectivas cada vez mais reduzidas de reintegração econômica. (SILVA, 2003, p.170).

Diante desse cenário, não faz sentido investir em políticas públicas que trabalhem na perspectiva de inclusão a partir do pressuposto de que é possível homogeneizar esse contingente de pessoas, não é viável trabalhar em escala com um universo de pessoas que precisa de um olhar individual. Faz-se necessário entender que a catação nesse contexto trata-se muito além que um movimento de sobrevivência econômica, mas sobretudo um grito de resistência em uma contexto urbano que deseja muitas vezes invisibilizar e silenciar as

classes ditas perigosas, portanto, fazer a catação em alguns locais da cidade é também um movimento de resistência e insurgência contra um sistema que oprime e descarta cada vez mais pessoas.

Referências

ALIER, Joan Martinez. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

BOUVIER, Mathilde; DIAS, Sonia. Catadores de materiais recicláveis no Brasil: um perfil estatístico. WIEGO Statistical Brief, n. 29, 2021.

CARENZO, Sebastián; MIGUEZ, Pablo. De la atomización al asociativismo: reflexiones en torno a los sentidos de la autogestión en experiencias asociativas desarrolladas por cartoneros. Maguaré, n. 24, p. 233-263, 2010.

CRESWELL, John W. Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa-: Escolhendo entre Cinco Abordagens. Penso Editora, 2014.

DIAS, S. M. Construindo a cidadania: avanços e limites do projeto de coleta seletiva em parceria com a ASMARE. Dissertação de Mestrado, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 2002.

GONÇALVES-DIAS, S., VALLIN, I.C & ALVES, R.P. Quantificação e espacialização de catadoras e catadores no Município de São Paulo: Notas Metodológicas. Nota Técnica 1. In:

HERCULANO, Selene. Lá como cá: conflito, injustiça e racismo ambiental. *In: SEMINÁRIO CEARENSE CONTRA O RACISMO AMBIENTAL*, 1, 2006, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza, 2006, p. 1-3.

LIMA, F.P.A & RUTKOWSKI, J. (org.) Atlas Brasileiro da Reciclagem .1 edição. São Paulo: Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - ANCAT, 2022.

JACOBI, P.; TEIXEIRA, M. A. Criação do capital social: o caso da Asmare – Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reaproveitável de Belo Horizonte. São Paulo:Cedec, junho de 1997

SILVA, Luiz. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: RAMALHO, José Ricardo et al. **Além da fábrica, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, p. 140-178, 2003.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. Cortez editora, 2022.

YIN, Robert K. Pesquisa qualitativa do início ao fim. Penso Editora, 2016.